



Concurso Público para provimento de vagas
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado
Especialidade História

Nome do Candidato
Caderno de Prova '05', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva
Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O cerne da justiça é a soma das ideias de igualdade e liberdade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva e da Prova de Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e na Prova de Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva e da Prova de Redação serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva e sua Prova de Redação, a tinta, no caderno e folha apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva e a Prova de Redação (rascunho e transcrição) no caderno e folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

1. *Sem grande aviso, o mundo digital está mudando em suas bases. O que um dia foi um meio anônimo transformou-se numa ferramenta dedicada a analisar dados pessoais.*
2. *Grande parte das pessoas imaginam que, ao procurar um termo na internet, todos obteremos os mesmos resultados. No entanto, hoje isso já não é verdade. Agora, obtemos o resultado que um filtro personalizado sugere ser melhor para cada usuário específico.*
3. *Durante algum tempo, parecia que a internet iria redemocratizar a sociedade. “Jornalistas cidadãos” iriam reconstruir os meios de comunicação. Os governos locais se tornariam mais transparentes. Contudo, esses tempos de conectividade cívica com os quais eu tanto sonhava ainda não chegaram.*
4. *A democracia exige que os cidadãos enxerguem as coisas pelo ponto de vista dos outros; em vez disso, estamos cada vez mais fechados em nossas próprias bolhas. A democracia exige que nos baseemos em fatos compartilhados; no entanto, estão nos oferecendo universos distintos e paralelos.*
5. *Naturalmente, há boas razões para que os filtros personalizados sejam tão fascinantes. Somos sobrecarregados por uma torrente de informações. Eric Schmidt costuma ressaltar que, se gravássemos toda a comunicação humana desde o início dos tempos até 2003, precisaríamos de 5 bilhões de gigabytes para armazená-la. Agora, criamos essa mesma quantidade de dados a cada dois dias.*
6. *Tudo isso levará ao colapso da atenção. Somos cada vez mais incapazes de processar tanta informação. Nossa concentração se desvia da mensagem de texto para as principais notícias e daí para o e-mail. A tarefa de examinar essa torrente cada vez mais ampla em busca das partes realmente importantes, ou apenas relevantes, já demanda dedicação integral. Assim, quando os filtros personalizados oferecem uma ajuda, tendemos a aceitá-la.*
7. *Deixados por conta própria, os filtros de personalização servem como uma espécie de autopropaganda invisível, doutrinando-nos com nossas próprias ideias, amplificando nosso desejo por coisas conhecidas e nos deixando alheios aos perigos ocultos no território do desconhecido. Na bolha dos filtros, há menos espaço para os encontros fortuitos que proporcionam novas percepções e aprendizados.*
8. *A criatividade muitas vezes é atijada pela colisão de ideias surgidas em disciplinas e culturas diferentes. Por definição, um mundo construído a partir do que é familiar é um mundo no qual não temos nada a aprender. Se a personalização for excessiva, poderá nos impedir de entrar em contato com experiências e ideias capazes de mudar o modo como pensamos.*
9. *Das megacidades à nanotecnologia, estamos criando uma sociedade cuja complexidade ultrapassa os limites da compreensão individual. Os problemas que enfrentaremos nos próximos vinte anos – escassez de energia, terrorismo, mudança climática – têm uma abrangência enorme. Os primeiros entusiastas da internet esperavam que a rede fosse uma nova plataforma para enfrentarmos esses problemas. Acredito que ainda possa ser.*
10. *Mas, antes, precisamos entender as forças que estão levando a internet em sua direção atual, personalizada. Precisamos entender as forças econômicas e sociais que movem a personalização, algumas inevitáveis, outras não. E precisamos entender o que tudo isso representa para a política, a cultura e o futuro. E como a bolha dos filtros distorce a percepção do que é importante, verdadeiro e real, é fundamental torná-la visível.*

(PARISER, Eli. **O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você.** Trad. Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012. Edição digital)

1. Considere as afirmações abaixo.
 - I. Os filtros de personalização, uma vez que isolam os indivíduos no universo de suas próprias ideias, são incompatíveis com certas premissas básicas da democracia, como a de que é necessário considerar sempre o ponto de vista do outro.
 - II. Ao concluir o texto, o autor explicita as forças políticas e sociais que vêm contribuindo para o fortalecimento da tendência de personalizar o conteúdo acessado pela internet e manifesta o intuito de combatê-las por meio da própria rede.
 - III. Um dos motivos para o caráter fascinante dos filtros personalizados reside no fato de que, embora atualmente desmedida, a personalização aprofunda o contato com nossas próprias experiências e ideias, contribuindo assim para que tiremos proveito da casualidade e do inusitado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) II.



2. ...**I**... a criatividade muitas vezes é atijada pela colis3o de ideias surgidas em disciplinas e culturas diferentes, ...**II**... um mundo construido a partir do que 3 familiar 3 um mundo no qual n3o temos nada a aprender. (8º par3grafo)

Sem prejuizo do sentido, preenchem correta e respectivamente as lacunas **I** e **II**:

- (A) Se, por um lado, – por outro,
(B) Se – assim,
(C) Uma vez que – logo,
(D) Conquanto – de modo que
(E) Consoante – desde que

3. No contexto, sem prejuizo da correcao gramatical e do sentido, o elemento em negrito pode ser substituido pelo que se encontra entre par3nteses em:

- (A) ... *estamos criando uma sociedade **cuja** (da qual) complexidade ultrapassa os limites da compreens3o individual.* (9º par3grafo)
(B) **Assim** (Porquanto), *quando os filtros personalizados oferecem uma ajuda, tendemos a aceit3-la.* (6º par3grafo)
(C) **E como** (na medida em que) *a bolha dos filtros distorce a percepcao do que 3 importante...* (3ltimo par3grafo)
(D) ... e nos deixando **alheios** (distantes) *aos perigos ocultos no territ3rio do desconhecido.* (7º par3grafo)
(E) ... **h3** (existe) *boas raz3es para que os filtros personalizados sejam t3o fascinantes.* (5º par3grafo)

4. Os termos sublinhados t3m a mesma funcao sint3tica em:

- (A) A criatividade muitas vezes 3 atijada pela colis3o de ideias surgidas em disciplinas e culturas diferentes.
(B) O que um dia foi um meio an3nimo transformou-se numa ferramenta dedicada a analisar dados pessoais.
(C) A tarefa de examinar essa torrente cada vez mais ampla em busca das partes realmente importantes, ou apenas relevantes, j3 demanda dedicacao integral.
(D) ... os filtros de personalizacao servem como uma esp3cie de autopropaganda invisivel, doutrinando-nos com as nossas pr3prias ideias...
(E) Na bolha dos filtros, h3 menos espaco para os encontros fortuitos que proporcionam novas percepcoes...

5. Foi corretamente transposto para a voz passiva o segmento que se encontra em:

- (A) Foram transformados numa ferramenta dedicada a analisar dados pessoais aquilo que era um meio an3nimo.
(B) Pensaram que a rede seria uma nova plataforma para que se enfrentasse esses problemas.
(C) Se fosse gravado desde o in3cio dos tempos toda a comunicacao humana, precisar3mos de 5 bilh3es de *gigabytes*.
(D) Ser3 enfrentado nos pr3ximos vinte anos problemas como escassez de energia, terrorismo, mudanca clim3tica.
(E) Agora, cria-se essa mesma quantidade de dados a cada dois dias.

6. Considerado o contexto, est3 correto o que consta de:

- (A) Sem que nenhuma outra modificacao seja feita, o segmento *Se a personalizacao for excessiva, poder3 nos impedir de...* continuar3 correto substituindo-se o termo “for” por “fosse”.
(B) Exprime nocao de finalidade o segmento sublinhado em *Nossa concentracao se desvia da mensagem de texto para as principais noticias.*
(C) Os verbos dos segmentos *que nos baseemos em fatos compartilhados // todos obteremos os mesmos resultados* est3o flexionados nos mesmos tempo e modo.
(D) O sinal indicativo de crase deve ser usado caso se substitua o segmento sublinhado pelo que se encontra entre par3nteses em *O que um dia foi um meio an3nimo transformou-se numa ferramenta dedicada a analisar dados pessoais* (an3lise de dados pessoais).
(E) Na frase *h3 boas raz3es para que os filtros personalizados sejam t3o fascinantes*, o termo **que** pode ser substituido por “as quais”.

7. Est3 gramaticalmente correta a redacao da seguinte frase adaptada do texto:

- (A) N3o 3 dificil compreender que, em um mundo construido a partir do que 3 familiar n3o se t3m nada a aprender.
(B) A colis3o de ideias que surgem em disciplinas e culturas diferentes muitas vezes desperta a criatividade.
(C) Demandam tempo e dedicacao integral encontrar na torrente cada vez maior de informacoes as que s3o realmente relevantes.
(D) 3 necess3rio a compreens3o dos padr3es econ3micos e sociais – que nem sempre pode ser evitado –, atuando por tr3s da tend3ncia da personalizacao da internet.
(E) Alguns dos primeiros entusiastas da internet, acreditaram que a rede pudesse ser uma plataforma diante dos quais os graves problemas do mundo seriam enfrentados.



8. Sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o verbo que pode ser corretamente flexionado em uma forma do singular está sublinhado em:
- (A) “Jornalistas cidadãos” iriam reconstruir os meios de comunicação.
 - (B) Grande parte das pessoas imaginam que, ao procurar um termo na internet...
 - (C) Os primeiros entusiastas da internet esperavam que a rede...
 - (D) ... os filtros de personalização servem como uma espécie de autopropaganda invisível...
 - (E) ... no entanto, estão nos oferecendo universos distintos e paralelos.

9. O comentário escrito com correção e lógica está em:

- (A) Embora o uso da internet garanta acesso a uma gama interminável de informações, perdem-se muitas delas dentro da bolha dos filtros de personalização.
- (B) No início da internet, parecia revolucionária a liberdade de poder estar anônimo, que daria à qualquer pessoa, contudo, a possibilidade de explorar diferentes personalidades para si mesma.
- (C) À medida que o comércio e as leis alcançaram a tecnologia, começou a diminuir as possibilidades de anonimato: uma pessoa anônima não pode ser responsabilizada por suas ações.
- (D) Ainda não está claro – sobretudo porque a maioria, ainda consome mais tempo com as informações advindas na imprensa tradicional – a forma como os fluxos de conteúdo personalizados moldam a identidade.
- (E) Preveem-se que as tecnologias que favorecem a personalização vão se fortalecer nos próximos anos, ao passo que os sensores que coletam fluxos de dados estarão, cada vez mais, presente no cotidiano.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

10. Poderão concorrer a cada cargo de direção do Tribunal, os

- (A) dez Desembargadores mais antigos e elegíveis.
- (B) cinco Desembargadores mais antigos e elegíveis.
- (C) quinze Desembargadores mais velhos, desde que elegíveis.
- (D) seis Desembargadores mais antigos e elegíveis.
- (E) doze Desembargadores mais velhos, desde que elegíveis.

11. Considere as seguintes atribuições do Órgão Especial:

- I. Determinar às Varas do Trabalho a realização dos atos processuais e das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação.
- II. Praticar quaisquer outros atos necessários ao bom funcionamento da Justiça do Trabalho da 15ª Região, assim como deliberar o que for cabível, nos casos não previstos no Regimento Interno do Tribunal.
- III. Convocar Desembargador para a formação de quórum, respeitada a ordem de antiguidade.

Mediante resolução aprovada pela maioria de seus Desembargadores efetivos, poderá o Órgão Especial delegar, integral ou parcialmente, ao Presidente do Tribunal ou a qualquer órgão do Tribunal, o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

12. Não se tratando de recurso, o prazo para a correição parcial é de

- (A) quinze dias, a contar da ciência do ato ou da omissão impugnados, independentemente da qualidade do interessado.
- (B) dez dias, a contar da ciência do ato ou da omissão impugnados; no entanto, dependendo da qualidade do interessado, tal prazo será contado em dobro.
- (C) cinco dias, a contar da ciência do ato ou da omissão impugnados, independentemente da qualidade do interessado.
- (D) quinze dias, a contar da ciência do ato ou da omissão impugnados; no entanto, dependendo da qualidade do interessado, tal prazo será contado em dobro.
- (E) dez dias, a contar da ciência do ato ou da omissão impugnados, independentemente da qualidade do interessado.



13. Considere a seguinte situação hipotética: Zeus é Presidente da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Nesse caso, Zeus
- (A) dirigirá a Câmara que integra, e a outra Câmara será dirigida pelo seu componente com mais idade, substituídos nas ausências também pelo critério de idade.
 - (B) não dirigirá a Câmara que integra, e a outra Câmara será dirigida pelo seu componente com mais idade, substituído nas ausências também pelo critério de idade.
 - (C) não dirigirá a Câmara que integra, e a outra Câmara será dirigida pelo seu componente mais antigo, substituído nas ausências também pelo critério de antiguidade.
 - (D) dirigirá a Câmara que integra, e a outra Câmara será dirigida pelo seu componente mais antigo, substituídos nas ausências também pelo critério de antiguidade.
 - (E) dirigirá tanto a Câmara que integra quanto a outra Câmara, haja vista sua condição de Presidente da Turma, e será substituído, na sua ausência, pelos componentes mais antigos.
14. Considere a seguinte situação hipotética: Henrique é Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sendo que lhe compete, dentre outras, a seguinte atribuição: "presidir audiências de conciliação em recursos de revista". Tendo em vista a atribuição narrada, Henrique exerce o cargo de
- (A) Vice-Corregedor Regional do Tribunal.
 - (B) Presidente do Tribunal.
 - (C) Vice-Presidente Judicial do Tribunal.
 - (D) Corregedor Regional do Tribunal.
 - (E) Vice-Presidente Administrativo do Tribunal.

Noções sobre Direito das Pessoas com Deficiência

15. Para fins de aplicação da Lei nº 13.146/2015, as barreiras existentes nos edifícios públicos ou privados são barreiras
- (A) urbanísticas.
 - (B) arquitetônicas.
 - (C) atitudinais.
 - (D) materiais imperfeitas.
 - (E) informais de espaço.
16. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O passeio público, elemento
- (A) facultativo de urbanização e parte da via pública, necessariamente segregado e em nível diferente, destina-se à circulação de pedestres e à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
 - (B) obrigatório de urbanização e parte da via pública, necessariamente segregado e em nível diferente, destina-se à circulação de pedestres e à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
 - (C) facultativo de urbanização e não integrante da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
 - (D) obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
 - (E) obrigatório de urbanização e não integrante da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se à circulação de pedestres e à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
17. Considere:
- I. A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.
 - II. A oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.
 - III. O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 2 anos, educandos portadores de deficiência.
 - IV. A matrícula facultativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
- De acordo com a Lei nº 7.853/1989, ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.
- Para esse fim, os órgãos e entidades da Administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos da referida Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as medidas, na área da educação, indicadas APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.

**Lei nº 8.112/1990**

18. Após regular processo administrativo disciplinar, garantidos ao servidor público federal investigado o exercício do contraditório e da ampla defesa, restaram cabalmente comprovadas a materialidade e a autoria de infração disciplinar descrita na portaria inaugural, punível com demissão, nos termos da Lei nº 8.112/1990. Sobreveio aos autos informação de que o servidor processado, autor da infração, havia se aposentado voluntariamente durante a tramitação do processo. A autoridade competente, conforme estabelece a Lei nº 8.112/1990,
- (A) em razão da precedente aposentadoria, deverá aplicar a pena de demissão, mitigando-a para suspensão por 90 dias e determinando sua anotação no prontuário do servidor, para resguardo dos direitos da Administração.
 - (B) deverá aplicar a pena de cassação de aposentadoria, mas, ato contínuo, cancelar seu registro, com efeitos retroativos à data da passagem para inatividade.
 - (C) deverá declarar a extinção da punibilidade do servidor, em razão de sua precedente aposentadoria, exarando sentença absolutória imprópria.
 - (D) deverá, em decisão motivada, aplicar ao servidor faltoso a pena de cassação de aposentadoria, na hipótese de considerar que não estão presentes os requisitos autorizadores de sua mitigação.
 - (E) poderá escolher livremente entre aplicar as penas de advertência, suspensão em mitigação à penalidade de demissão ou de cassação de aposentadoria, justamente em razão da precedente passagem do servidor para inatividade.
-
19. Considere que hipoteticamente a autarquia federal Y entendeu por bem realizar concurso público para provimento de cargos públicos vagos previstos em sua estrutura organizacional, estabelecendo no edital que nos três primeiros anos de exercício os investidos nos cargos públicos correlatos não perceberiam vencimentos. A previsão estabelecida no edital, nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) é válida, pois, dada a conjuntura econômica do país, se faz permitida a prestação de serviços federais gratuitos.
 - (B) é válida, pois durante o estágio probatório, que coincide com os três primeiros anos de exercício, os servidores não percebem vencimentos, mas indenização e ajuda de custos.
 - (C) é nula, pois os cargos públicos são criados por lei com vencimentos pagos pelos cofres públicos, não havendo que se falar na prestação de serviços gratuitos nesta hipótese.
 - (D) é nula, pois a prestação de serviços gratuitos à União encontra limite temporal de dois anos, no máximo.
 - (E) é válida, em razão de se tratar de concurso para provimento de cargo da Administração pública federal indireta, hipótese em que, desde que haja previsão em edital, é permitida a prestação de serviços gratuitos por período a ser acordado entre as partes.
-
20. Considere hipoteticamente que João, servidor público federal cujo vínculo é regido pela Lei nº 8.112/90, foi promovido na sua carreira após 10 anos de efetivo exercício. Solicitou, ao departamento competente, a contagem de seu tempo de serviço, passados 5 anos do ato que o promoveu, sem que tenha se afastado do exercício de quaisquer dos cargos nesse período. A certidão foi expedida na mesma data em que solicitada, apontado que João contava com 5 anos de exercício no serviço público federal. A certidão
- (A) está incorreta, pois a promoção não interrompe o tempo de exercício, que, tão somente, é contado no novo cargo a partir da publicação do ato que o promoveu.
 - (B) está correta, pois a promoção suspende o tempo de exercício, cuja contagem é retomada, com efeitos *ex nunc*, a partir da publicação do ato de promoção.
 - (C) está incorreta, pois dela deveria ter constado que João contava com 15 anos de serviço no cargo para o qual foi promovido, pois, para tanto, o tempo de exercício decorrido antes da promoção deveria ter sido considerado.
 - (D) está correta, pois, após a promoção, o tempo de serviço é zerado, contando-se apenas o tempo de exercício decorrido no novo cargo.
 - (E) está incorreta, pois dela deveria ter constado que João contava com 10 anos de serviço público federal, pois a lei de regência determina que o tempo transcorrido após a promoção deve ser desconsiderado.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se ao Conteúdo Programático de Administração Pública.

21. É uma característica dominante do tipo de estrutura organizacional denominada Divisional:
- (A) horizontalização das estruturas, com relativa autonomia de gestão, porém com centralização da apuração de custos e resultados.
 - (B) existência de órgãos ou unidades vinculados a projetos, dotados de independência em relação aos órgãos centrais.
 - (C) autonomia de unidades, qualificadas como centros de resultado, que apuram lucros ou prejuízos autonomamente.
 - (D) departamentalização por áreas geográficas, visando maior capilaridade, com descentralização de custos e centralização de apuração de prejuízos.
 - (E) departamentalização por clientela, com desenvolvimento de projetos autônomos e órgãos cuja existência se limita ao tempo de execução do projeto.
-
22. Considere que determinada organização pretenda adotar, para avaliação do desempenho de seus integrantes, metodologia de avaliação de fácil aplicação e que considere, como fator determinante, os aspectos extremos do comportamento e atuação dos avaliados, negativos e positivos. A metodologia adequada para atingir os fins colimados é:
- (A) Avaliação 360°.
 - (B) Comparação binária.
 - (C) Escolha forçada.
 - (D) Incidentes Críticos.
 - (E) Pesquisa de campo.
-
23. O *Balanced scorecard* (BSC) é uma metodologia bastante difundida e utilizada no planejamento estratégico de instituições privadas e também públicas. Uma de suas etapas relevantes é a definição de missão da instituição que
- (A) procura explicar com clareza a razão de existência da organização, expressando sua essência.
 - (B) não se aplica, contudo, às instituições públicas, cuja missão institucional está prevista em lei.
 - (C) traduz o consenso dos seus membros sobre o futuro almejado pela organização, representado pelas metas fixadas.
 - (D) decorre da avaliação dos cenários, com projeções de futuros potenciais em relação aos quais a organização deve se posicionar.
 - (E) se aplica às organizações públicas, tendo sua correlação, no que tange às instituições privadas, com a etapa de definição de metas de resultado.
-
24. A gestão de processos constitui uma abordagem contemporânea nas organizações, no bojo da qual é avaliado o grau de maturidade dos processos internos com base em metodologias consagradas. Nesse diapasão, de acordo com os conceitos predados pela *Society for Design and Process Science* (SDPS), os denominados processos interoperados correspondem
- (A) aos processos interligados a partir de um único gestor ou unidade de comando.
 - (B) aos macroprocessos formados por cadeias de processos intermediários.
 - (C) ao nível indesejado de maturidade, em face do grau de interdependência.
 - (D) às cadeias de valor geradas a partir da interligação de processos.
 - (E) ao nível máximo de maturidade, considerando o grau de minimização de riscos.
-
25. A aplicação da abordagem estrutural para gestão de conflitos prioriza
- (A) a adoção de medidas contundentes no episódio de conflito, incluindo o afastamento dos agentes envolvidos.
 - (B) a intervenção antes da instalação do conflito, atuando sobre condições preexistentes que predispõem à sua ocorrência.
 - (C) a intervenção de uma terceira parte, externa à organização, como forma de intermediar o conflito.
 - (D) o enfrentamento dos aspectos intrínsecos do conflito, de natureza pessoal, ligados ao clima organizacional.
 - (E) o tratamento dos aspectos extrínsecos ao conflito, como a cultura dominante na organização, utilizando-os como elementos neutralizadores.



26. No processo de afirmação da História como disciplina científica, no século XIX,
- (A) aceitava-se como “verdade sobre o passado” as memórias comunitárias orais que eram transcritas pelos historiadores e transformadas em documentos oficiais de Arquivo de historiadores.
 - (B) predominava o documento escrito de caráter oficial como forma de conhecer os fatos ocorridos, em detrimento das formas de narrativa oral e comunitária sobre o passado.
 - (C) considerava-se a memória como uma ciência auxiliar da história científica, à medida em que ajudava a elucidar o conteúdo dos documentos escritos, prática que deu origem à Paleografia.
 - (D) valorizava-se a memória comunitária como base alternativa à história oficial dos Estados-Nação que surgiram no século XIX.
 - (E) defendia-se que história e memória tinham uma relação de completude, sendo a memória oral e coletiva utilizada para preencher as lacunas narrativas do discurso científico da história.

27. Sob a definição de “patrimônio imaterial” encontram-se

- (A) as lendas, canções e narrativas que constituem o patrimônio folclórico de uma sociedade, desde que nunca transcritos e transformados em textos com autoria, processo que deslegitima a fonte original e interfere em seus significados para a comunidade.
- (B) o conjunto das edificações construídas no passado que estejam ameaçadas de deterioração e ainda não foram estudadas e tombadas pelo Serviço de Patrimônio Histórico em algum dos seus âmbitos de atuação: municipal, estadual ou federal.
- (C) as expressões e movimentos artísticos populares reconhecidos pelo Estado, excluindo-se as técnicas de artesanato e conhecimentos transmitidos oralmente, sobre os quais não se pode determinar um lugar e uma época de origem.
- (D) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.
- (E) as habilidades e práticas associadas a conhecimentos e técnicas populares – com a produção de instrumentos, objetos, artefatos – que o Estado chancela como parte da história nacional e a ONU reconheça como patrimônio intangível da Humanidade.

28. Leia o texto abaixo.

Para trabalhar com qualquer documentação, é preciso saber ao certo do que ela trata, qual é a sua lógica de constituição (...) No caso dos processos criminais, é fundamental ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá, em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário (...) é justamente na relação entre produção de vários discursos sobre o crime e o real que está a chave da nossa análise. O que nos interessa é o processo de transformação dos atos em autos, sabendo que ele é sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento.

(GRINBERG, Keila, “A história nos porões dos arquivos judiciários”. In: PINSKY, Carla & LUCA, Tania De (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 122)

Conforme o texto, os historiadores devem trabalhar com processos crimes levando em conta o conceito

- (A) de documento jurídico em cada época, bem como a origem dos acervos constituídos pelos arquivos judiciários, partindo-se do princípio de que estas instituições são isentas.
- (B) de lei em cada sociedade e em cada época, bem como os rituais e procedimentos jurídicos, buscando-se a narrativa objetiva em cada documento.
- (C) de crime definido pela sociedade em cada época, bem como os rituais e procedimentos jurídicos, buscando-se problematizar a documentação como registro neutro.
- (D) autodefinido pelo Estado em cada época, partindo-se do princípio de que o documento não é uma forma de acesso objetivo e direto ao passado.
- (E) de investigação criminal em cada época, partindo-se do princípio de que um documento jurídico oficial e autêntico revela a verdade sobre os acontecimentos passados.

29. O movimento ludista que agitou o meio operário e fabril da Inglaterra foi caracterizado por um conjunto de ações de contestação, entre as quais se destaca

- (A) a organização de ocupações de fábricas, visando expropriá-las dos capitalistas proprietários.
- (B) a deflagração de greves e motins em aliança com os camponeses, contra a monarquia.
- (C) o incêndio sistemático às fábricas, consideradas obsoletas e responsáveis pelos acidentes de trabalho.
- (D) a formação de um partido operário para lutar pelo direito de voto nas eleições parlamentares.
- (E) a destruição de máquinas fabris, consideradas responsáveis pelo desemprego dos trabalhadores manuais.



30. A disseminação do modelo fabril, na Europa do início do século XIX, implicou em inovações na organização do trabalho, tais como
- (A) o controle do tempo para realizações de tarefas pelos trabalhadores, a divisão do trabalho e a imposição de regras disciplinares rígidas no interior das fábricas.
 - (B) a separação do trabalho entre indústria e agricultura, o cercamento dos campos para racionalizar a produção agrícola e o incentivo à imigração de trabalhadores.
 - (C) a transformação das fábricas em prisões, nas quais os operários eram confinados com suas famílias até que se cumprisse a cota de produção, e o emprego de máquinas a vapor.
 - (D) a vigilância contínua aos trabalhadores, a proibição da presença de mulheres nas fábricas e a especialização do trabalho segundo o grau de escolaridade do operário.
 - (E) a criação das primeiras leis trabalhistas e a pulverização dos operários em pequenas unidades fabris, para melhor assegurar o seu controle disciplinar.

31. Leia os artigos 98 e 99 da Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma.

(Grafia original extraída de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

Conforme os artigos acima, o Poder Moderador era

- (A) equivalente aos outros Poderes políticos, embora fosse delegado ao Imperador, que estava sujeito ao controle da Assembleia.
- (B) uma forma de tutela política sobre os outros poderes, exclusiva ao Imperador, que não poderia ser submetido a nenhum controle constitucional ou jurídico.
- (C) superior aos Poderes Políticos mas exclusivo ao Poder Executivo, devendo ser utilizado para resolver conflitos no seio do Império.
- (D) um modelo de organização política que viabilizava a Independência, considerada sagrada pela Constituição, e que tinha como função prática substituir o Poder Judiciário.
- (E) presidido pelo Imperador, que estava acima da constituição, e exercido de forma colegiada com os outros Poderes Políticos, visando a harmonia da organização política nacional.

32. *A multiplicidade de formas assumidas pela escravidão no Brasil do século XIX tornou impossível sua conceituação jurídica. A definição tradicional – escravo é o ser humano desprovido de liberdade e de propriedade – não dava mais conta da realidade, se é que algum dia chegou a dar.*

(GRINBERG, Keila. **Código Civil e Cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 57)

No âmbito da “multiplicidade de formas assumidas pela escravidão no século XIX”, sobretudo em meio urbano, existia a possibilidade de

- (A) escravidão por dívidas, bem como a possibilidade de escravidão por contrato e por tempo determinado, reservada aos imigrantes pobres.
- (B) concessão de alforria sem a devida libertação do escravo, bem como a reescravização, pelo Estado, de libertos que não conseguissem trabalho.
- (C) empréstimo de escravos aos mais variados fins, bem como a possibilidade de muitos escravos venderem a si mesmos para outros senhores, quando indignados com o excesso de castigos físicos.
- (D) trabalho compulsório na forma de servidão feudal, bem como a escravidão indígena, alimentada pelas guerras coloniais do Império brasileiro na América Hispânica.
- (E) aluguel dos serviços do escravo a outros senhores, bem como a possibilidade de que escravos trabalhassem para si, acumulando o chamado “pecúlio” para futura compra de alforria.

33. A “Carta de Alforria” pode ser definida como um documento

- (A) registrado em cartório, que regularizava a manumissão do escravizado como uma prerrogativa da Coroa.
- (B) oficial do Ministério da Justiça, que regularizava a manumissão do escravizado como uma prerrogativa do senhor, desde que chancelada pelo Estado.
- (C) emitido pelo pároco local, que regularizava a manumissão do escravizado como uma prerrogativa da Igreja Católica, reservada a escravos batizados.
- (D) escrito, que regularizava a manumissão do escravizado como uma prerrogativa do senhor, revogável a qualquer momento por este.
- (E) redigido à mão, que regularizava a manumissão do escravizado como uma prerrogativa das Câmaras de Vereadores.



34. Conforme a Lei nº 581, de 4/9/1850, conhecida como “Eusébio de Queiroz”, os
- (A) comerciantes, negociantes e proprietários de escravos ficariam sujeitos a julgamento pelo Ministério da Justiça e pelos órgãos de fiscalização dos portos, caso infringissem a determinação legal que proibia o tráfico internacional e interprovincial de escravos.
 - (B) escravos adquiridos ilegalmente a partir da data de promulgação da referida lei seriam declarados propriedade oficial da Coroa, até que tivessem dinheiro suficiente para voltar à sua terra natal.
 - (C) traficantes internacionais deveriam ter seus barcos apresados, sendo os cúmplices processados e julgados pela Auditoria da Marinha e pelo Conselho de Estado, enquanto os que comprassem escravos ilegalmente trazidos, seriam processados no “foro comum”.
 - (D) capitães das embarcações que realizassem tráfico internacional seriam deportados para a Inglaterra para serem julgados como piratas internacionais, enquanto os que comprassem os escravos ilegalmente seriam julgados no Brasil.
 - (E) africanos escravizados desembarcados no Brasil, após a promulgação da lei, que fossem fruto do comércio ilegal transatlântico, tinham de trabalhar compulsoriamente por 10 anos.
-
35. A constituição de 1891 EXCLUIU as seguintes categorias do corpo eleitoral: mendigos, analfabetos,
- (A) militares de baixa patente e membros do clero regular.
 - (B) mulheres e soldados do exército republicano.
 - (C) cidadãos que não comprovassem renda de 100 mil réis anuais, e escravos.
 - (D) religiosos vinculados às diferentes crenças, e estrangeiros.
 - (E) imigrantes não naturalizados, e libertos.
-
36. O coronelismo na Primeira República era um sistema político baseado na
- (A) nomeação de patentes militares entre os potentados locais, subordinados aos generais superiores que ocupavam postos na política nacional.
 - (B) troca de favores políticos entre mandatários locais e grupos oligárquicos dominantes em nível estadual e nacional, em cujo centro estava o controle do voto e dos cargos públicos nos municípios.
 - (C) nomeação de Interventores Municipais pelo governo estadual, que ganhavam patentes militares para exercer funções de polícia.
 - (D) troca de favores políticos entre o governo estadual e os latifundiários locais, formando um grupo oligárquico que era contrário às eleições municipais.
 - (E) nomeação de interventores municipais, os coronéis, por tempo determinado, enquanto durassem as eleições estaduais e presidenciais.
-
37. Entre as causas da Revolta da Vacina (1904), encontram-se
- (A) as medidas autoritárias tomadas pelo governo estadual no processo de higienização da cidade e as revoltas sociais causadas pelo “encilhamento”, política econômica que provocou inflação, falências e desemprego no começo da República.
 - (B) a indignação popular causada pela repressão ao levante dos marinheiros negros contrários aos castigos corporais nos navios da Marinha de Guerra, e as barricadas urbanas decorrentes da intervenção policial nos morros cariocas, em perseguição aos capoeiras.
 - (C) a imposição de regras de moradia popular, com base na política sanitária vigente, e a rebelião popular organizada pelo partido monarquista, que acusava a República emergente de anticonstitucionalismo e militarismo.
 - (D) as tensões sociais urbanas causadas pelo deslocamento de populações pobres do centro por causa das reformas urbanísticas do Rio de Janeiro e as tensões políticas envolvendo grupos positivistas e liberais na Primeira República.
 - (E) a insatisfação dos cariocas com a tentativa de golpe militar pelos partidários do Presidente Prudente de Moraes, e a reação popular causada pela obrigatoriedade da vacinação contra a Febre Amarela, extensiva a todos os bairros da cidade.
-
38. O Decreto-Lei nº 1.641, de 1907, conhecido como “Lei Adolfo Gordo” previa
- (A) a deportação de trabalhadores e sindicalistas reconhecidos pela polícia como anarquistas e comunistas, mesmo se naturalizados brasileiros.
 - (B) a expulsão do território brasileiro dos estrangeiros que perturbassem a segurança nacional e a tranquilidade pública, e residissem no país há menos de dois anos.
 - (C) o exílio forçoso de operários estrangeiros que organizassem greves, enviados a seus países de origem junto com suas famílias, mesmo que seus filhos tivessem nascido no Brasil.
 - (D) o degredo para a Amazônia de imigrantes que fossem considerados uma ameaça à segurança nacional ao defenderem publicamente ideologias contrárias ao capitalismo.
 - (E) a prisão e entrega à justiça de seu país de origem, de estrangeiros que cometessem crimes contra a ordem pública e se encontrassem na condição de ilegalidade no Brasil.



39. O movimento operário brasileiro, no contexto da Primeira República, foi muito influenciado pela corrente anarco-sindicalista que defendia princípios e estratégias de luta específicas. Como exemplo de um princípio e de uma estratégia, considera-se, respectivamente,
- (A) a criação de um Estado socialista e a formação de movimentos de guerrilha armada no campo, organizados pelos partidos comunistas.
 - (B) a autogestão como forma ideal de governo e a formação, com a ajuda Igreja, de um amplo partido de trabalhadores.
 - (C) a defesa de um sistema econômico centralizado e a criação de uma força militar internacional revolucionária.
 - (D) a repulsa às ideologias internacionalistas e a organização de colônias comunitárias e independentes, governadas pelos sindicatos.
 - (E) o fim do Estado e a disseminação de greves gerais revolucionárias, lideradas por sindicatos de trabalhadores.

40. Leia os trechos abaixo.

O principal pressuposto do ensaio se encontra na afirmação de que formulações de tipo reducionista-classista não dão conta do sentido do episódio revolucionário de outubro de 1930. Concretamente, tratei de demonstrar, a partir do pressuposto que a queda da Primeira República não correspondeu ao ascenso ao poder nem da burguesia industrial, nem das classes médias, contraditando assim versões correntes na época que o trabalho foi escrito.

(FAUSTO, Boris. **A revolução de 30**: Historiografia e história. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11)

Sob esta perspectiva, pode-se definir um processo revolucionário a partir de 1928 no Brasil, não apenas e porque a prática política das classes sociais orientou-se sob vários registros de revolução (...) mas sim devido à possibilidade de existência de uma direção dos acontecimentos cujo suporte, englobando aquilo que as propostas políticas tinham de mais geral, estava substantivado numa categoria de revolução – a revolução democrático-burguesa.

(DE DECCA, Edgar. **1930: o silêncio dos vencidos**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 p. 79)

Tendo em vista os dois trechos, as interpretações historiográficas sobre os acontecimentos que levaram à chamada “Revolução de 30” divergem, sobretudo, na análise do papel

- (A) dos historiadores como protagonistas de uma revolução no âmbito do capitalismo.
- (B) dos militares na queda da Primeira República e êxito da Revolução de 30.
- (C) das classes sociais e sua suposta participação em um processo revolucionário.
- (D) dos extratos sociais médios no processo de desenvolvimento econômico industrial.
- (E) das oligarquias em uma revolução democrático-burguesa inequívoca.

41. Leia o trecho de autoria do economista John Keynes:

Concebo pois que uma socialização abrangente do investimento será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego (...) Mas, além disso, não se vê argumento que justifique um socialismo de Estado que abranja a maior parte da vida econômica da comunidade. Não é a propriedade dos instrumentos de produção que importa o Estado assumir. Se o Estado estiver em condições de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar estes instrumentos e a taxa básica de remuneração dos seus detentores, terá realizado tudo que é necessário.

(KEYNES, J. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 344)

Conforme o autor, para superar o desemprego causado pela grande depressão de 1929, as principais medidas deveriam ter sido

- (A) a atuação do Estado como regulador das atividades econômicas, combinando a manutenção dos instrumentos de produção e propriedades privadas com a regulamentação do lucro e do investimento.
- (B) a socialização abrangente dos lucros das atividades privadas, combinada à expropriação de meios de produção e à estatização das atividades essenciais da economia.
- (C) a presença do Estado como fiscal dos investimentos e da vida econômica da comunidade, assegurando o pleno emprego, ainda que para isso sejam necessárias a proibição de lucros privados e a intervenção nas fábricas e serviços.
- (D) o controle da inflação e do câmbio pelo Estado, somado à geração de empregos corretamente remunerados e à distribuição dos instrumentos de produção a fim de equilibrar a situação econômica da comunidade.
- (E) a moderação do Estado no controle dos investimentos bancários e o estabelecimento de um teto para os gastos públicos, determinando o fim das empresas estatais.

42. O artigo 138 da Constituição de 1937, que estabelece o reconhecimento e a regulação da atividade sindical pelo Estado, foi inspirado

- (A) pela Carta de Nuremberg, elaborada em 1924 pelo Partido Nazista.
- (B) pelo Documento de Genebra, firmado em 1918 pela Organização Internacional do Trabalho.
- (C) pela Carta del Lavoro, promulgada em 1927 pela Itália fascista.
- (D) pela Carta dos Trabalhadores Ingleses, editada em 1848 pelo movimento cartista.
- (E) pelo Manifesto de Lisboa, escrito em 1930 pelo Movimento Salazarista.



43. Conforme o Decreto nº 22.621, de 5/4/1933, a Assembleia Constituinte que iria debater a nova Constituição brasileira deveria ser composta por 214 deputados eleitos na forma da lei eleitoral vigente desde 1932, e mais 40 representantes classistas eleitos pelos sindicatos legalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Esta composição pode ser compreendida como fruto da convivência
- (A) da concepção oligárquica, que valorizava um sistema eleitoral herdado da Primeira República, e de uma perspectiva socialista de participação popular, baseada na eleição de representantes dos partidos estaduais e de delegados escolhidos por sindicatos operários.
 - (B) dos princípios da democracia, entre os quais figurava a representação do indivíduo pelo voto concedido aos candidatos a deputados, e do poder político da maçonaria, que determinava aqueles que seriam os representantes correspondentes em cada classe profissional.
 - (C) dos princípios do fascismo, como a defesa da estatização da representação popular por intermédio de um partido único, e da concepção anarco-sindicalista, que estabelecia o princípio do voto coletivo para escolha de delegados sindicais.
 - (D) da concepção liberal, que estabelecia o princípio de representação do indivíduo pelo voto, e do princípio corporativista que entendia a sociedade como um corpo composto majoritariamente por grupos ligados ao mundo do trabalho e da produção econômica.
 - (E) da concepção republicana, que postulava a escolha da constituição e a representação do indivíduo por meio de eleições diretas, e do princípio keynesiano que entendia a sociedade como um organismo livre composto por indivíduos autorrepresentados.
-
44. No debate historiográfico, vários autores sustentam a tese de que, apesar de autoritário e repressivo, o Estado Novo brasileiro não pode ser considerado tipicamente fascista, pois lhe faltava
- (A) um movimento miliciano controlado pelas Forças Armadas, uma polícia política organizada e uma política expansionista.
 - (B) um partido de massas oficial organizado em nível nacional, o investimento na formação de milícias paramilitares e uma política colonialista ou imperialista sobre os outros países.
 - (C) uma política ostensiva de propaganda de massas, uma constituição autoritária e o controle do Estado pelos altos oficiais do Exército.
 - (D) uma ideologia nacionalista, um partido único e centralizador e o uso do terror de Estado contra os oponentes.
 - (E) um ditador com amplos poderes, a instalação de campos clandestinos de concentração e o uso da censura sistemática nos meios de comunicação.
-
45. Dentre os diversos fatores que contribuem para se compreender historicamente a desigualdade das condições de trabalho entre homens e mulheres na primeira metade do século XX, no Brasil, considere:
- I. O imaginário coletivo e as convenções sociais que consagravam o espaço doméstico como o lugar apropriado para a mulher, como mãe, dona de casa e esposa.
 - II. O crescimento econômico nacional impulsionado pelas duas grandes guerras mundiais, que produziu grandes fluxos de migração para as cidades, inibindo o trabalho rural, onde as mulheres eram maioria.
 - III. A legislação que restringia a escolarização das meninas aos Colégios de freiras, visto que as escolas mistas foram criadas apenas em 1946.
 - IV. A prática histórica de se conceder salários menores às mulheres, e o preconceito em relação ao trabalho feminino em diversos setores do mercado.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e IV.
-
46. A IV República brasileira (1946-1964) foi marcada por algumas características peculiares, sobretudo a partir dos anos 1950, tais como a ampliação do voto das classes populares,
- (A) a proposição de políticas nacionalistas e desenvolvimentistas por parte de vários governos do período e o crescente conflito político entre conservadores e reformistas radicais.
 - (B) o controle da política nacional por partidos oligárquicos regionais e as gradativas tensões e disputas entre liberais e comunistas no que se refere à política econômica.
 - (C) a inclusão do voto dos analfabetos, e a adoção de medidas reformistas no campo, a fim de promover a inclusão dos camponeses no processo econômico e político, segundo as orientações cepalinas.
 - (D) a presença do Exército na política, conferindo um caráter autoritário e militarizado ao Estado, e a criação de um sistema bipartidário nacional, com alguns consensos em relação às metas econômicas.
 - (E) a adoção de políticas estatizantes, envolvendo a criação de bancos e parques industriais, e a participação de delegados de centrais sindicais no Congresso Nacional como forma de apaziguar as reivindicações populares.



47. A Lei nº 4.214, de 2 de março de 1964, conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural, foi produto de um contexto histórico marcado
- (A) pela pressão das multinacionais e grandes indústrias do setor urbano que desejavam estimular a migração rural, e pela dificuldade do acesso à terra e aos direitos sociais por parte dos camponeses.
 - (B) pela expansão do agronegócio no campo e pela política de grandes investimentos em tecnologia no setor rural, a qual reorientou a relação entre patrões e empregados agrícolas.
 - (C) pelo sucesso de obras visando a integração nacional, como a Rodovia Transamazônica, e pelo recuo da mobilização dos camponeses, que havia sido especialmente intensa entre os anos 1950 e início dos anos 1960.
 - (D) pela mobilização política dos trabalhadores rurais em defesa de direitos sociais e de acesso à terra, e pela agenda reformista do governo trabalhista vigente.
 - (E) pela perda de controle, por parte das autoridades, dos trabalhadores rurais sublevados, e pelo recuo do governo trabalhista diante de pressões de grandes fazendeiros e latifundiários.
-
48. A Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, conhecida como “Lei de Greve” visava regulamentar a paralisação de trabalhadores, estabelecendo uma série de obrigações e interdições para controlar os movimentos grevistas. São exemplos dessas obrigações e dessas interdições, respectivamente,
- (A) o estabelecimento de procedimentos burocráticos obrigatórios aos organizadores de movimentos grevistas para as mobilizações serem reconhecidas, e a proibição de greves por motivos políticos, partidários, religiosos e sociais, sem ligação com as reivindicações diretamente trabalhistas da categoria profissional específica.
 - (B) a determinação de que operários metalúrgicos e de empresas estatais sempre comparecessem ao trabalho, independentemente das reivindicações vigentes no setor, e a intervenção governamental nos sindicatos que decretassem greve por razões diferentes dos casos de atraso salarial.
 - (C) a responsabilização e punição imediatas de empresários no caso da eclosão de greves de trabalhadores ou *lockouts*, e a interdição militar nas empresas e entidades sindicais que alegassem, junto à grande imprensa, que a greve era realizada por motivos políticos ou econômicos.
 - (D) a militarização das atividades essenciais da economia em caso da ocorrência de greve em setores estratégicos, como no caso da exploração de Petróleo, e a deposição de dirigentes grevistas, quando fossem encontradas evidências de atuação política no passado.
 - (E) a submissão das diretorias sindicais à aprovação governamental, quando eleitas, e a divulgação de advertências públicas e multas aos sindicatos ou centrais sindicais que adotassem bandeiras contrárias ao capitalismo ou discursos com palavras de ordem subversivas.
-
49. Os Atos Institucionais editados e promulgados ao longo do Regime Militar brasileiro, além de versarem sobre vários temas específicos, foram fundamentais ao conferirem um fundamento normativo a uma marca política do regime, qual seja
- (A) o estabelecimento da censura prévia aos meios de comunicação, automática ao se declarar Estado de Sítio permanente no país.
 - (B) a militarização do Estado, por meio da nomeação de generais interventores nos três poderes republicanos e da obrigatoriedade do Poder Executivo ser ocupado por um militar de carreira.
 - (C) o reforço dos poderes do Presidente, que poderia exercer uma tutela sobre os poderes da República, sobre os direitos dos cidadãos, além de assumir funções legislativas.
 - (D) o fim do Congresso Nacional, com a supressão de suas atividades políticas e a promulgação de lei que condenava os partidos de oposição à ilegalidade.
 - (E) o fortalecimento do Poder Legislativo, que tornou possível a proibição das atividades públicas e políticas dos cidadãos, ao decretar o fim do direito ao *habeas corpus*.
-
50. Sobre o processo histórico conhecido como a chamada “Terceira Revolução Industrial”, ocorrida a partir dos anos 1980, considere:
- I. Este processo foi marcado pelo impacto das novas tecnologias de automação, informação e comunicação no processo produtivo, sobretudo nas indústrias.
 - II. O desenvolvimento da robótica é comumente citado como parte desse processo e de seus elementos desencadeadores.
 - III. Houve diminuição da circulação de capital entre as nações, em contraponto ao aumento do fluxo de pessoas em busca de emprego.
 - IV. Provocou um aumento do aparato de regulamentação jurídica e da presença do Estado nacional na economia.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, III e IV.



51. O ciclo grevista operário entre os anos de 1978 e 1980, particularmente significativo no ABC paulista, foi pautado por reivindicações que podem ser sintetizados na seguinte formulação:
- (A) Luta pela liberdade sindical, em defesa do direito de greve, do direito à livre negociação, e contra o arrocho salarial.
 - (B) Apoio à guerrilha de esquerda, organizada pelo Movimento Estudantil, e luta pela extensão das Leis Trabalhistas às fábricas multinacionais.
 - (C) Luta pela legalização do Partido Comunista, proibido pelo governo militar, e pela estatização das empresas multinacionais.
 - (D) Apoio ao projeto de distensão política do governo, criticado pela linha dura, e pressão para partilhar as benesses do crescimento econômico conhecido como "Milagre Brasileiro".
 - (E) Luta pelo cumprimento da promessa de redemocratização, feita pelos militares, e contra a crise de desemprego causada naquele momento com o primeiro choque do petróleo.

52. Observe a charge abaixo.



O contexto de publicação desta charge foi marcado pela promulgação de uma nova constituição que

- (A) trazia, ideologicamente, medidas próximas às constituições de países socialistas, e que não foram implementadas em função das heranças da Guerra Fria.
 - (B) fortalecia bandeiras sindicalistas dos direitos sociais plenos, mas foram barradas pelo Congresso Nacional, cuja maioria de deputados era conhecida como "entulho autoritário".
 - (C) prometia garantir a todos os brasileiros direitos sociais universais, que não foram cumpridos devido a velhos conflitos entre liberais e socialistas.
 - (D) consagrava os princípios da democracia e dos direitos sociais universais, em um momento de crise econômica que dificultava a plena realização destes princípios.
 - (E) era fortemente questionada pelos militares e pela grande imprensa, apesar da mobilização popular pela aprovação do anteprojeto da Constituição.
53. Entre as características dos fluxos migratórios mundiais, desde o início do século XXI, está
- (A) a ampliação das políticas de acolhimento a imigrantes latino-americanos face à proibição da entrada de imigrantes oriundos de países de religião muçulmana por parte das principais potências econômicas.
 - (B) o aumento exponencial do fluxo de imigrantes dos países situados no eixo Sul-Sul, por conta do colapso migratório causado pela crise europeia e pela restrição à entrada de imigrantes nos Estados Unidos.
 - (C) a combinação de políticas restritivas, com alta demanda por trabalhadores imigrantes ilegais por parte dos países desenvolvidos.
 - (D) a transformação do Brasil no maior polo de imigração mundial, por causa do crescimento de sua economia na primeira década do século XXI.
 - (E) o colapso das migrações internas dentro da Comunidade Europeia em virtude da migração de europeus orientais, devido à desintegração da União Soviética e de seus satélites.
54. Entre as características predominantes do fenômeno migratório interno que ocorreu no Brasil entre os anos 1950 e 1960, cita-se o predomínio da migração da região
- (A) Norte para a região Sudeste, dada a expulsão de camponeses pela ação de grileiros, latifundiários, bem como pela mecanização do garimpo.
 - (B) Nordeste para a região Centro-Oeste, dada a política de distribuição de terras e o novo ciclo da borracha na Amazônia.
 - (C) Sul para a região Centro-Oeste, dada a crise da pequena propriedade no Rio Grande do Sul e a expansão da pecuária e da soja em Mato Grosso e Goiás.
 - (D) Sudeste para a região Nordeste, dada a crise do café em São Paulo e a expansão de fronteiras agrícolas e agropecuárias na Bahia e em Pernambuco.
 - (E) Nordeste para a região Sudeste, dado o empobrecimento e as secas constantes na primeira e o nível de industrialização na segunda.



55. O Estatuto do Trabalhador Rural foi instituído durante o governo de
- (A) Juscelino Kubitschek, juntamente com a promulgação do Plano de Metas e de sua política de desenvolvimento das regiões pouco urbanizadas do país.
 - (B) Getúlio Vargas, após cobranças de juristas e da sociedade civil de que regulamentasse o trabalho rural, visto que esse tema não havia sido contemplado suficientemente na CLT.
 - (C) João Goulart, que, no bojo do projeto político que subsidiava as Reformas de Base, obteve apoio no Parlamento para o encaminhamento de projeto de lei que regulamentava esse tipo de trabalho.
 - (D) Jânio Quadros, que conseguiu apoio político para a aprovação de projetos voltados à legislação trabalhista e previdenciária no campo, apesar de seu curto período de governo.
 - (E) Eurico Gaspar Dutra, que buscou reparar algumas falhas da Constituição de 1946, a fim de deixar suas marcas e combater a popularidade de seu antecessor, considerado o “pai dos pobres”.
-
56. No mundo globalizado, alguns fenômenos envolvendo as modalidades e formas de trabalho, vem ganhando destaque desde as últimas décadas do século XX. É esse o caso
- (A) do *coworking*, modelo de associação formal entre profissionais provenientes da mesma área, que fundam empresas mistas.
 - (B) do *toyotismo*, sistema flexível de produção industrial que regula a produção a partir das demandas do mercado.
 - (C) da terceirização ou *outsourcing*, fenômeno de crescimento do setor terciário e da informalidade, abundante nos países em desenvolvimento.
 - (D) das ONGs, Organizações Não Governamentais que se situam entre a esfera pública e a privada, representando uma nova fonte de captação de recursos e lucro.
 - (E) do Terceiro Setor, que vem ofertando grande número de empregos e recebendo recursos estatais, visto que não são regidas pela burocracia das instituições governamentais.
-
57. Pode ser considerado um grande entrave à preservação da documentação judiciária no Brasil
- (A) a proibição dos procedimentos de digitalização da documentação por razões de preservação do papel.
 - (B) a ampliação dos mecanismos de acesso à justiça no país, que resultou no extravio e roubo de patrimônios.
 - (C) a ausência de uma lei que regule uma política nacional de arquivos e defina as competências do Poder Público, nesse sentido.
 - (D) a falta de investimentos suficientes em políticas de gestão de estruturas arquivísticas e de preservação documental.
 - (E) o desinteresse no meio acadêmico brasileiro, pela documentação histórica para a realização de pesquisas sobre a justiça e o trabalho no Brasil.
-
58. É parte das consequências da histórica Greve de 1917 ocorrida em São Paulo, lembrada no ano de 2017 por seu centenário:
- (A) a formação de contingentes de voluntários que partiram para a I guerra a fim de combater ao lado da URSS.
 - (B) a dissolução dos sindicatos, associações trabalhistas e a repressão violenta aos líderes grevistas.
 - (C) o surgimento de grandes centrais sindicais de trabalhadores na região industrial conhecida como ABC.
 - (D) a garantia governamental do pagamento do salário mínimo e o respeito à jornada de 8 horas diárias.
 - (E) o fortalecimento do movimento operário, fator que indiretamente contribuiu para a fundação do partido comunista brasileiro.
-
59. Dentre as novidades apresentadas pela Constituição de 1988, incluem-se:
- (A) a licença maternidade de seis meses para as mulheres e o direito a greve a todos os trabalhadores.
 - (B) a Lei Maria da Penha para coibir a violência doméstica e a jornada semanal de 40 horas semanais.
 - (C) o voto obrigatório para maiores de 16 anos e o mandato presidencial de 4 anos, sem direito à reeleição.
 - (D) o seguro-desemprego e a definição do Estatuto da Igualdade Racial que regulamentou o racismo como crime.
 - (E) o direito ao voto para os analfabetos e a concessão de 13^º salário para os aposentados.
-
60. Uma diferença importante entre a Terceira Revolução Industrial e as duas primeiras ocorridas anteriormente reside na constatação de que o produto final, no caso da Terceira Revolução Industrial,
- (A) tem elevado valor agregado, considerando-se os altos custos e investimentos em seu processo de produção.
 - (B) produz impacto reduzido na sociedade, uma vez que permanecem inalterados os hábitos e padrões de consumo.
 - (C) gera distribuição de riqueza, uma vez que promove a participação de pequenos produtores no processo industrial.
 - (D) causa poucos danos ao meio ambiente, uma vez que os materiais envolvidos são recicláveis e gasta-se pouca energia em sua fabricação.
 - (E) favorece a autonomia do trabalhador, uma vez que independe da lógica de produção industrial e em série.

**PROVA DISCURSIVA****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: 10.3 Na **Prova Discursiva** (...) será apresentada 01 (uma) questão, conforme conteúdo programático de Conhecimentos Específicos do Anexo III deste Edital, adequado às atribuições do cargo. Na avaliação da **Prova Discursiva** será considerado o domínio do conteúdo aplicado, a precisão da linguagem, a fluência e coerência da exposição e a correção gramatical. 10.5 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.6 Na aferição do critério de correção gramatical, (...) os candidatos deverão valer-se das normas ortográficas em vigor. 10.7 Será atribuída nota zero à **Prova Discursiva** que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; c) apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. f) apresentar textos na forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado. 10.8 Na **Prova Discursiva**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.10 (...) a **Prova Discursiva** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

QUESTÃO 1

Leia o trecho abaixo.

Ao transmutar a questão social numa questão jurídica e, mais ainda, elevá-la à estatura constitucional, o Direito do Trabalho rompe a mentalidade autoritária de exclusão e sujeição, consolidando a perspectiva que coloca o trabalho como fator de emancipação e inclusão social, marco de sustentação de um país decente, assim contribuindo para a efetividade do Estado de Direito.

(GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta. **A preservação da memória social e a Justiça do trabalho no Brasil**: da menoridade à emancipação. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG, v. 59, nº 90, p. 35-48, jul./dez. 2014. Edição comemorativa. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/13479>>)

Responda, fundamentadamente, ao que se pede:

- Qual o valor histórico de um documento da Justiça do Trabalho?
- Cite um exemplo, na história do Brasil República, de uma demanda dos trabalhadores (do campo ou da cidade) que tenha se transformado numa lei trabalhista.
- Como o historiador poderia, por meio da montagem de uma exposição acerca da história da Justiça do Trabalho no Brasil, exemplificar a trajetória sugerida no trecho acima?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	



18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO EScreva NESTE ESPAÇO

PROVA DE REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado 01/2018, Capítulo 11. 11.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova de Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor (...). 11.6 Será atribuída nota ZERO à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado. c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7 Na prova de Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela Banca Examinadora. 11.8 Na Prova de Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.10 A Prova de Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

O modo como se constrói a memória é um objeto de estudo para os historiadores. O historiador pode dispor-se a intervir em sua construção, do mesmo modo que intervém o político, o jornalista ou o educador. Aquele historiador que quer colocar seu ofício a serviço de uma causa cidadã deverá decidir se o mais eficaz é uma versão moral, simples e contundente, em que fique claro quem são os amigos e quem são os inimigos, ou uma versão crítica, complexa e matizada. Neste caso, as lições serão menos evidentes, mas a compreensão das circunstâncias que condicionam a ação será mais clara, de modo que, com o tempo, sua mensagem será mais eficaz.

II

Nós – historiadores – somos uma corporação profissional cuja atividade procura estabelecer a verdade, mas sabendo que, estritamente, a verdade não existe, que se trata de conclusões provisórias. Sobretudo a partir do saber histórico não se aspira a julgar, mas a compreender, segundo o célebre dictum de que nos conflitos cada uma das partes tem suas razões e suas verdades.

(Adaptado de: ROMERO, Luis Alberto. Disponível em: www.scielo.br)

Com base nos excertos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

**PROVA DE REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	